

**Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e
Desenvolvimento Rural
Requerimento de Audiência Pública
(dos Srs. Adão Pretto e Luciano Zica)**

Solicita que sejam convidados para realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, representantes do Grupo Executivo Interministerial para Implementação do Plano de Contingência Brasileiro para a Pandemia de Influenza, do Ministério do Meio Ambiente, do Laboratório Ornitologia e Animais Marinhos da UNISINOS, em São Leopoldo, RS, do Grupo de Influenza Aviária da UNICAMP, em Campinas, SP, dos Centros da EMBRAPA denominados CNPTIA (Campinas, SP) e CNPSA (Concórdia, SC), da APA (Assoc. Paulista de Avicultores) para debater o monitoramento da rota sul de aves migratórias e da possibilidade de chegada do vírus da Influenza Aviária ao país por intermédio de aves que, seguindo essa rota, poderiam carrear esse vírus para terras sul-americanas.

Senhor presidente,

Nos termos regimentais requeremos de Vossa Excelência, após ouvido o plenário desta comissão, que seja realizada reunião de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para que possamos debater e esclarecer a grave questão apresentada pela ausência de efetivo monitoramento da rota migratória de aves provenientes ao país vindas do sul, mais especificamente de ilhas sub-Antárticas, bem como da necessidade de se criar um sistema de monitoramento extra-territorial do vírus H5N1 de Influenza Aviária para proteger biodiversidade, a produção da pequena propriedade de modo sustentável, a cadeia produtiva ligada à produção de carne de frango e sua importância sócio-econômica para o país e da importância de manter a confiabilidade dessa cadeia produtiva. Para esse debate solicitamos que sejam convidados:

1. Representante do Grupo Executivo Interministerial para Implementação do Plano de Contingência Brasileiro para a Pandemia de Influenza, presidido pelo Ministério da Saúde;
2. Msc. Joel Meyer – Grupo de Influenza Aviária da UNICAMP/Ecologia (Campinas, SP);
3. Dr. Martin Sander – Laboratório de Ornitologia e Aves Marinhas da UNISINOS (São Leopoldo, RS);
4. Dr. Paulo Kageyama – Diretor de Biodiversidade – Ministério do Meio Ambiente.
5. Dr. José Roberto Bottura – APA (São Paulo, SP);
6. Dr. Wilson Gomes de Almeida – Grupo de Influenza Aviária da UNICAMP/Economia-Sociologia (Campinas, SP);
7. Dr. Eduardo Assad ou Dr. Sílvio Evangelista EMBRAPA Informática e Agropecuária (Campinas, SP);

JUSTIFICATIVA

Em 16 de outubro próximo passado, a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em conjunto com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA/CNPMA) realizaram um Fórum intitulado: **“Monitoramento da Rota Sul: apoio técnico e científico na prevenção e no combate à Influenza Aviária”**.

Deste fórum, participaram técnicos e especialistas do Ministério do Meio Ambiente, de Centros Nacionais da Embrapa – o de Suínos e Aves e de Informática e Agropecuária, da Coordenadoria de Defesa Agropecuária de São Paulo, do Centro de Vigilância Epidemiológico, do Instituto Biológico, do Instituto Zoológico, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, do Hospital das Clínicas da UNICAMP, da Associação Paulista de Avicultores, do Conselho Regional de Medicina Veterinária e do Programa Antártico Brasileiro, da Marinha do Brasil, tendo este evento sido criado com vistas a disponibilizar os conhecimentos técnicos e a experiência científica desta ampla equipe para discutir a inserção do país no cenário mundial da Influenza Aviária, seus avanços geográficos e os riscos inerentes à sua ocorrência.

A ameaça da Gripe Aviária atinge diversos setores da sociedade. O risco mais visível está no desmantelamento da cadeia produtiva avícola nacional, que emprega diretamente mais de 800.000 pessoas e responde por 1,5% do PIB nacional. Entretanto esse é apenas um dos riscos, a produção familiar de carne de frango é quem mais tem sofrido nos países atingidos pela doença. Além do risco de desestabilização de milhares de famílias que dependem da pequena produção de frango, há também o risco de queda da ingestão de proteínas da população nacional que depende fortemente de frango e ovos.

Do ponto de vista da biodiversidade, o país que detém uma das maiores biodiversidades de aves do mundo precisa se proteger de eventos como os ocorridos na China, Irã, Kazquistão, Sibéria etc. onde houve mortalidade em massa de aves silvestres. Soma-se a isso o fato de que até agora mais de 100 espécies selvagens já se mostraram susceptíveis ao vírus H5N1; na Indonésia mais de 50 tigres já morreram em decorrência da doença.

Por fim, está o risco à saúde humana, o vírus causou a morte de mais de 50% dos infectados. Conforme a Organização Mundial de Saúde, se o vírus sofrer mutações, a doença pode se transformar em uma pandemia, com potencial de levar a morte centenas de milhões de pessoas, como ocorreu com a Gripe Espanhola em 1918.

Após um período em que a Influenza Aviária esteve fora dos noticiários, espera-se um recrudescimento dos surtos com a chegada de baixas temperaturas no Hemisfério Norte e o início da temporada de migração de aves. O surgimento de novos surtos na China e a confirmação de mais quatro pessoas (Indonésia e Egito) contaminadas pelo vírus apontam nessa direção.

No Brasil há duas rotas principais de chegada de aves migratórias: a que vem do norte e outra, do sul. A primeira, cujo ponto de entrada no continente americano é o Alasca, vem sendo cuidadosamente monitorada pelos países do norte (EUA, Canadá e América Central) – se o vírus vier ao país por esta rota receberemos aviso prévio da presença do H5N1 no continente, o que permitiria ações de preparação e implementação de programas de contingenciamento.

No entanto, cerca de 40% das aves migratórias vêm ao Brasil pela rota sul. Praticamente não há monitoramento nesta rota. Se o vírus chegar ao país através de aves migratórias do sul, saberíamos de sua chegada apenas após encontrá-lo em território nacional, o que acarretaria sanções imediatas e pesados prejuízos para o país.

A UNICAMP e seus parceiros propõem uma forma multidisciplinar de enfrentar esse risco com o apoio técnico e científico de Universidades e Institutos de Pesquisa. Essas instituições não apenas estão habituadas a formular políticas e ações preventivas a partir de sua experiência técnica e acadêmica, como também podem com facilidade reunir equipes de competências complementares entre si e viabilizar parcerias capazes de levar à convergência do estudo e da prevenção do problema. Neste sentido conclamamos os nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, de outubro de 2006

**ADÃO PRETTO
DEPUTADO FEDERAL PT/RS**